

Preocupação do governo brasileiro com adiamento de crédito do BID

por Claudio Kuck
de Brasília

O Itamaraty distribuiu nota ontem dizendo que o governo brasileiro recebeu com "preocupação" a decisão de alguns países industrializados membros do grupo dos sete e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) "de solicitar adiamento por até dois meses da consideração de empréstimo de US\$ 350 milhões ao Brasil, nos setores de ação social e saneamento, invocando razões alheias aos méritos do projeto". A nota diz que o objetivo da ação visou pressionar o Brasil a chegar a um acordo com os bancos comerciais "sobre os atrasados da dívida junto a tais bancos".

O embaixador brasileiro em Washington, Marcílio Marques Moreira, vai discutir pontos da nota com o governo norte-americano, enquanto o Itamaraty chamará com o mesmo objetivo os embaixadores dos Estados Unidos, Japão, Canadá, Grã-Bretanha e França, acreditados em Brasília. O ministro interino das Relações Exteriores, Marcos Azambuja, frisou, ao ler a nota à imprensa, que a decisão foi "nitidamente política, e não técnica", acrescentando que não houve recomendação do Itamaraty para que a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, deixe de comparecer na reunião do BID no Japão, "mas ela co-

nhece o texto que estamos divulgando e o aprovou".

NOTA OFICIAL

Na nota de sete pontos, o Itamaraty começa lembrando que o Brasil tem honrado rigorosamente todos os seus compromissos com as instituições multilaterais de crédito, a começar pelo BID, para quem transferiu nos últimos quatro anos US\$ 700 milhões. Diz também que a ação contradiz indicações dadas ao Brasil por alguns países responsáveis pelo adiamento de que os empréstimos internacionais dos organismos multilaterais não seriam utilizados como elementos de pressão das negociações com credores comerciais. E o estatuto do banco não prevê a vinculação entre suas decisões e as relações de seus acionistas com os bancos comerciais, constituindo o vínculo "uma condicionalidade nova, ilegítima e inaceitável".

A nota prossegue dizendo que a decisão coloca em risco o BID como instituição financeira e que o empréstimo adiado inscreve-se na prioridade atribuída pelo Brasil e o banco na área social. Finalmente, o comunicado afirma que o governo brasileiro espera que a decisão seja prontamente revista, "em benefício de nossas continuadas boas relações financeiras com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e com todos os Estados-membros que o integram".

O governo também agradeceu manifestações de apoio de inúmeros países latino-americanos, caribenhos e europeus, que registraram seu incômodo com o adiamento e sua posição favorável à aprovação do projeto tal como foi encaminhado à diretoria. O embaixador Marcos de Azambuja fez questão de ressaltar o apoio recebido da Áustria, Bélgica, Espanha, Portugal, Suíça, Suécia, Noruega, Dinamarca, Iugoslávia e Países Baixos, "mostrando que não houve um confronto do tipo norte-sul".

O chanceler interino não acredita que haja qualquer interpelação pública ao Brasil e à ministra Zélia na Assembléia Geral do BID em Nagoya, por não haver acordo com os bancos credores privados, "pois isso seria inoportuno e impróprio". Ele ressaltou que o Brasil continuará honrando suas contribuições e obrigações junto ao BID, "mas demonstrando uma atitude firme, prudente e cautelosa com os demais atores internacionais". Frisou também que foi a primeira vez que houve uma decisão dessas do banco, com esse adiamento e em relação ao volume do empréstimo.

APOIO

Marcos de Azambuja ressaltou o apoio e o comportamento de magistrado do presidente do BID, Enrique Inglesias, lembrando ainda que o diretor brasi-

leiro junto à instituição, Pedro Malan, defendeu nossos interesses, destacando que a decisão não foi legal ou ilegal, "pois sempre vão se encontrar mecanismos que justifiquem ações por motivos políticos".

Ele disse que o episódio não afetará a marcha das negociações com os credores privados, "que o embaixador Jório Dauster continuará a desenvolver normalmente". Lembrou que cada parte das negociações corresponde a um universo próprio, a uma lógica específica, seja com os credores privados, com o Clube de Paris ou com os organismos internacionais, "não podendo haver invasão de um terreno por preocupações que só caberiam em outro".

O ministro interino afirmou que não há nada de condenável nas negociações da dívida. "O Brasil tem uma posição clara, de que cada pedaço dos instrumentos financeiros internacionais deve permanecer encapsulado, com seu ritmo próprio e metodológica".

O embaixador disse que na mesma reunião do BID foram aprovados empréstimos de US\$ 102 milhões para o Finep e o Itamaraty, além de US\$ 250 milhões para o BNDES, que já tinham passado pelo crivo da comissão geral, o que tornou sua aprovação pela diretoria do BID apenas uma formalidade.